

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.392.578 - MG (2018/0290295-6)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : M DE O R
ADVOGADO : CLEUCIO RODRIGUES PEREIRA - MG065251
AGRAVADO : L R D P
AGRAVADO : M A R
AGRAVADO : J R DE F R
AGRAVADO : M J R
ADVOGADOS : LÍDIA MARIA ANDRADE E BRAGA - MG046580
RICARDO VIEIRA MACHADO E OUTRO(S) - MG130924

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base neste(s) fundamento(s): Súmula 7/STJ e Súmula 283/STF.

Entretanto, a parte agravante não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade do(s) seguinte(s) óbices: Súmula 283/STF.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora

